

# MISOGINIA E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERIDADES NO CAMPUS MACEIÓ/IFAL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DE GÊNERO E DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Alice Marinho Gomes Codá Cavalcanti Marques <sup>1</sup>

Joana D'arc Ferreira de Macedo <sup>2</sup>

Cleide Calheiros da Silva <sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida entre setembro de 2023 e agosto de 2024, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), aprovada pelo Edital nº 16/PRPPI/IFAL/CNPq/FAPEAL/10/05/2023, intitulada “*A misoginia e a violência contra a mulher nas relações contemporâneas: um diálogo urgente*”. A investigação, de natureza qualitativa (Lüdke; André, 1986), está situada na área da Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), que compreende a linguagem como prática social e a pesquisa como intervenção ética, situada e comprometida com a transformação dos contextos onde se realiza. Utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010) para refletir sobre a relevância de abordar a misoginia e a violência contra a mulher no Campus Maceió/Ifal, considerando os elevados índices de agressões em Alagoas, das psicológicas e simbólicas ao feminicídio. Buscamos compreender as estruturas que sustentam essas violências, visando propor estratégias de empoderamento feminino e transformação das relações de poder no ambiente acadêmico, contribuindo para a construção de espaços mais seguros, inclusivos e equitativos. A fundamentação teórica inclui obras como *O segundo sexo* (Beauvoir, 2019), *Problemas de gênero* (Butler, 2021), *O patriarcado do salário* (Federici, 2020), *O feminismo é para todo mundo* (Hooks, 2020) e *Down Girl: o poder da misoginia* (Manne, 2021). Os dados, construídos a partir de 3 questionários semiestruturados aplicados a 70 estudantes de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e da Graduação, evidenciam a persistência de diferentes formas de violência, como assédio, discriminação e bullying. Soma-se a isso a percepção recorrente de silenciamento por parte da instituição diante dessas ocorrências, o que acentua a necessidade de promover formações contínuas sobre gênero, bem como de implementar políticas institucionais mais sensíveis, articuladas e eficazes no enfrentamento dessas práticas.

**Palavras-chave:** Misoginia, Violência de Gênero, Linguística Aplicada Implicada, Ambiente Acadêmico.

## INTRODUÇÃO

A misoginia e a violência de gênero, fenômenos historicamente arraigados, continuam a se manifestar de forma preocupante nas instituições educacionais. No

<sup>1</sup> Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas - AL, [amgccml@aluno.ifal.edu.br](mailto:amgccml@aluno.ifal.edu.br);

<sup>2</sup> Mestra em Educação pelo CEDU/UFAL, Doutoranda e Professora do Instituto Federal de Alagoas - AL, [joana.macedo@ifal.edu.br](mailto:joana.macedo@ifal.edu.br);

<sup>3</sup> Professora Orientadora: Doutora, Instituto Federal de Alagoas - AL, [cleide.calheiros@ifal.edu.br](mailto:cleide.calheiros@ifal.edu.br).



contexto brasileiro, os índices de feminicídio e agressões de diversas naturezas demonstram a urgência de se problematizar as estruturas que legitimam a desigualdade entre os gêneros. No Estado de Alagoas, esse cenário é ainda mais alarmante, o que reforça a necessidade de compreender as origens, expressões e mecanismos de reprodução da misoginia nos espaços formativos.

A presente pesquisa, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IFAL/CNPq/FAPEAL), propôs-se a refletir sobre a relevância da abordagem de questões em torno da misoginia e da violência contra as mulheridades no Campus Maceió/Ifal, tomando como base as contribuições de autoras como Beauvoir (2019), Butler (2021), Federici (2020), Hooks (2020) e Manne (2021). Compreender o desenvolvimento histórico e as relações sociais que sustentam o patriarcado e a exploração capitalista constitui passo fundamental para romper com as formas simbólicas e materiais de opressão que persistem no ambiente acadêmico.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, fundamentou-se na abordagem da Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), que entende a linguagem como prática social e a investigação como ação ética e transformadora. O estudo adotou a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010) como técnica de sistematização e interpretação dos dados.

Foram aplicados três questionários semiestruturados a um total de 70 estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Estradas) e do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Campus Maceió/Ifal. As questões buscaram compreender as percepções sobre violência, misoginia e desigualdade de gênero no contexto institucional, assim como as experiências e práticas relacionadas à temática.

Os dados foram analisados em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, o que possibilitou identificar categorias emergentes e compreender as representações sociais sobre a violência de gênero entre os(as) estudantes.



## REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre misoginia e violência contra as mulheridades requer uma abordagem interseccional e histórica, capaz de compreender os mecanismos estruturais que sustentam a desigualdade de gênero. As teorias feministas e críticas do trabalho, articuladas com a Linguística Aplicada Implicada, fornecem o aporte necessário para interpretar os discursos e práticas que naturalizam a opressão das mulheres, especialmente em instituições de ensino.

Simone de Beauvoir (2019), em *O segundo sexo*, destaca que a condição feminina é socialmente construída, não uma essência natural. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a autora evidencia o caráter histórico e cultural das desigualdades, denunciando as formas simbólicas de dominação que limitam a autonomia e a subjetividade feminina. Essa compreensão inaugura a reflexão sobre a mulher como sujeito social, rompendo com os paradigmas biologizantes e religiosos que a associavam à inferioridade e ao pecado, herança dos discursos judaico-cristãos e das filosofias patriarcais.

Judith Butler (2021) aprofunda essa perspectiva ao propor que o gênero é uma construção performativa, mantida por repetições normativas e discursos que produzem corpos e identidades reconhecíveis. Para a autora, a violência de gênero emerge quando determinados corpos e expressões são excluídos do campo do humano, configurando-se como um processo discursivo de silenciamento e apagamento. Assim, compreender a misoginia implica compreender também o modo como o discurso regula a existência e define quem pode — ou não — ser legitimamente ouvido.

Silvia Federici (2020) contribui com uma análise materialista e histórica da dominação patriarcal. Em *O patriarcado do salário*, a autora revela como o capitalismo consolidou a divisão sexual do trabalho, explorando o corpo e a reprodução feminina como elementos centrais da acumulação primitiva. O controle sobre o corpo das mulheres e a desvalorização do trabalho doméstico são mecanismos de perpetuação da exploração econômica e da hierarquização de gênero. Essa crítica revela que o patriarcado não é apenas um fenômeno cultural, mas também econômico e político.

Na perspectiva de Bell Hooks (2020), o feminismo deve ser compreendido como um movimento ético e político de transformação coletiva. Em *O feminismo é para todo mundo*, Hooks defende que a libertação das mulheres está intrinsecamente ligada à libertação de todas as pessoas, incluindo homens e grupos oprimidos, pois o patriarcado



é um sistema de dominação que desumaniza a todos(as). A autora propõe uma pedagogia feminista voltada para a liberdade, que valoriza o diálogo, a escuta e o afeto como práticas de resistência e empoderamento.

Kate Manne (2021), por sua vez, redefine o conceito de misoginia, deslocando-o do campo emocional para o estrutural. Em *Down Girl: o poder da misoginia*, a autora argumenta que a misoginia não se reduz ao ódio individual às mulheres, mas constitui um sistema de controle moral e punitivo, voltado a reprimir aquelas que desafiam o domínio masculino. Essa abordagem é central para compreender as microviolências e práticas de deslegitimação observadas no ambiente acadêmico.

Outros(as) autores(as) também subsidiam a compreensão histórica do fenômeno. Jesus (2010) e Silva (2001) destacam a longa tradição de invisibilização e perseguição das mulheres, desde a Antiguidade até a modernidade capitalista. Já Chizzotti (2008) e Minayo (2010) sustentam metodologicamente a relevância das abordagens qualitativas e interpretativas para o estudo de fenômenos sociais complexos, nos quais os significados construídos pelos(as) sujeitos(as) são tão importantes quanto os dados empíricos.

A partir desses referenciais, entende-se que a misoginia é um produto histórico que atravessa dimensões simbólicas, políticas e materiais. Ela se atualiza em contextos específicos, como o espaço escolar, onde discursos e práticas cotidianas ainda reproduzem hierarquias de gênero. Assim, o enfrentamento da violência contra as mulheridades exige um compromisso ético, pedagógico e institucional de desconstrução dessas narrativas, sustentado por uma epistemologia feminista crítica e transformadora.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados, obtidos a partir de três questionários aplicados a 70 estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e da Licenciatura em Letras-Português do Campus Maceió/Ifal, revelou um conjunto expressivo de percepções, contradições e vivências que evidenciam a permanência de práticas e discursos misóginos no ambiente institucional. O exame qualitativo das respostas permitiu identificar padrões de desigualdade de gênero e manifestações recorrentes de violência simbólica, moral e estrutural, associadas à cultura patriarcal e à organização hierárquica das relações escolares e sociais.

### 1. Perfil dos(as) participantes e percepções iniciais sobre violência



Dos(as) 70 estudantes participantes, 38 se autodeclararam mulheres cisgênero heterossexuais; 30, homens cis heterossexuais; 1, homem pansexual; e 1, estudante não binário. A predominância de identidades cisgênero e heteronormativas reflete a estrutura social do Campus e, ao mesmo tempo, evidencia a sub-representação e o silenciamento das identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Essa constatação dialoga com Butler (2021), que entende a exclusão e a invisibilização como mecanismos discursivos de regulação dos corpos — uma forma de violência simbólica que define quem pode existir e falar dentro dos espaços institucionais.

Quando questionados sobre o que entendem por “violência”, a maioria associou o termo a agressões físicas e psicológicas, enquanto poucos mencionaram aspectos simbólicos, estruturais ou institucionais. Essa concepção restrita revela o predomínio de uma compreensão individualizante da violência, descolada das estruturas de poder que a sustentam. De acordo com Beauvoir (2019), esse tipo de entendimento decorre da internalização da desigualdade como algo “natural”, uma vez que a mulher historicamente foi construída como o “outro” do homem, e não como sujeito autônomo.

## 2. Violência de gênero e misoginia no cotidiano institucional

A partir das respostas ao primeiro e segundo questionários, observou-se que as estudantes mulheres, sobretudo negras, relataram vivências cotidianas de assédio moral, sexual, homofobia e desvalorização intelectual em sala de aula, nos laboratórios e nos espaços de convivência. Comentários irônicos, piadas, interrupções constantes e dúvidas sobre suas capacidades técnicas foram os exemplos mais frequentes. Além disso, algumas relataram preferência de professores e colegas por estudantes homens em atividades que exigiam liderança ou raciocínio técnico, o que reforça estereótipos de gênero historicamente construídos.

Essas experiências se conectam ao que Manne (2021) denomina “misoginia punitiva” — um sistema social de sanções e humilhações destinado a manter as mulheres “em seus lugares”. A misoginia, portanto, não se manifesta apenas por meio do ódio explícito, mas também através de práticas cotidianas que reforçam hierarquias simbólicas e punem mulheres que desafiam o domínio masculino. No contexto do Campus Maceió/Ifal, isso se expressa tanto na subestimação das alunas em áreas técnicas quanto no silenciamento de denúncias e discursos feministas.

A maioria das estudantes também afirmou perceber ausência de posicionamento institucional diante de casos de assédio ou discriminação, o que gera sensação de desamparo e naturalização da violência. Butler (2021) argumenta que o silêncio



institucional é, ele próprio, um ato político: ao não reconhecer o sofrimento das mulheres, a instituição reforça a lógica da exclusão e contribui para a reprodução da violência simbólica.

Em contraste, 18 dos 30 estudantes homens cis afirmaram nunca ter presenciado nenhum tipo de violência no Campus, o que evidencia uma diferença significativa de percepção entre os gêneros. Essa assimetria sugere que as práticas misóginas e discriminatórias são invisíveis para quem delas se beneficia, reforçando o conceito de “privilégio masculino” e a dificuldade de reconhecer estruturas opressivas quando elas são naturalizadas. Hooks (2020) destaca que esse distanciamento é resultado da educação patriarcal, que ensina os homens a não perceberem a desigualdade como problema coletivo, mas como algo pontual ou “pessoal”.

### 3. Interseccionalidade e hierarquias de vulnerabilidade

A intersecção entre gênero, raça e classe emergiu como fator determinante nas experiências relatadas. As estudantes negras foram citadas com frequência como as mais expostas à violência, tanto simbólica quanto verbal, sofrendo duplas camadas de opressão — a racial e a de gênero. Essa constatação dialoga com Federici (2020), ao apontar que as mulheres racializadas, historicamente situadas na base da divisão sexual e econômica do trabalho, continuam a carregar o peso da exploração capitalista e do racismo estrutural.

No Campus Maceió/Ifal, essa sobreposição se expressa também na falta de representatividade feminina negra em cargos de liderança, coordenação e docência. A ausência de modelos de referência perpetua o imaginário da inferioridade e alimenta o ciclo de exclusão. Segundo Hooks (2019), o feminismo interseccional é o único capaz de desarticular essa lógica, pois reconhece que o sexismo não atua isoladamente, mas em sinergia com o racismo, o classismo e outras formas de dominação.

### 4. O papel da instituição e os limites da ação pedagógica

Apesar da criação do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis/Ifal), em 2023, a pesquisa revelou que a maior parte das ações voltadas ao enfrentamento da misoginia ainda se deve a iniciativas individuais de docentes, geralmente mulheres engajadas politicamente. As estudantes reconhecem nessas ações — como rodas de conversa, eventos e campanhas — espaços de acolhimento e conscientização, mas também percebem sua fragilidade diante da falta de políticas institucionais continuadas.



As sugestões mais recorrentes nas respostas dos(as) participantes apontam para a necessidade de: Implantação de canais de denúncia seguros e anônimos; Criação de protocolos de atendimento e acolhimento psicológico; Formações regulares sobre gênero e diversidade para docentes e servidores(as); Inserção da temática nos componentes curriculares; Parcerias externas com órgãos especializados no enfrentamento à violência de gênero. Tais demandas corroboram o argumento de Hooks (2020), para quem o combate ao sexismo e à misoginia exige não apenas políticas punitivas, mas também uma pedagogia libertadora, capaz de transformar mentalidades e promover empatia e equidade.

#### 5. Misoginia, capitalismo e reprodução das desigualdades

A análise dos discursos também revelou como a misoginia se articula à lógica da exploração capitalista. Federici (2020) demonstra que o patriarcado moderno foi consolidado pela necessidade de controle sobre a reprodução e o trabalho das mulheres — tanto o reprodutivo quanto o afetivo e emocional. No contexto acadêmico, essa relação se manifesta na desvalorização das mulheres em áreas técnicas, na sobrecarga de trabalho invisível e na expectativa de comportamentos “doces” e “colaborativos”, considerados adequados ao gênero.

Essa relação entre misoginia e exploração ecoa nas falas das estudantes, que associam o assédio e a desigualdade de oportunidades a uma cultura que reproduz hierarquias de poder e competitividade, tornando o espaço educacional um reflexo das dinâmicas do mercado. Assim, o enfrentamento à misoginia requer também uma crítica à estrutura capitalista que sustenta o patriarcado — o que reforça a perspectiva da *Linguística Aplicada Implicada* (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), segundo a qual a pesquisa não deve apenas descrever a realidade, mas intervir eticamente para transformá-la.

#### 6. Resistência, empoderamento e possibilidades de transformação

Apesar das adversidades, as estudantes demonstraram consciência crítica e disposição para a mudança. Suas falas evidenciam uma compreensão crescente de que a luta feminista precisa atravessar os muros da escola e se tornar pauta institucional e curricular. Entre as propostas, destacam-se a realização de seminários permanentes sobre gênero, a ampliação do debate sobre feminicídio e masculinidades tóxicas, e a criação de grupos de apoio e escuta.

A emergência dessas vozes revela o que Hooks (2019) denomina “educação como prática de liberdade” — a busca por uma pedagogia feminista que transforme o



espaço escolar em território de diálogo, empatia e reconstrução coletiva. Ao dar visibilidade às mulheridades, a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma cultura de resistência e para a formação de uma comunidade acadêmica mais consciente de seu papel social.

Os resultados permitem afirmar que o Campus Maceió/Ifal reflete as contradições de uma sociedade patriarcal em transição. Embora haja avanços no reconhecimento da diversidade, persistem desigualdades estruturais que sustentam a misoginia. As experiências relatadas pelas estudantes revelam que o enfrentamento desse problema exige ações coletivas, institucionais e pedagógicas, ancoradas em um compromisso ético com a equidade de gênero e a justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/IFAL/CNPq/FAPEAL), possibilitou compreender de forma crítica como a misoginia e a violência contra as mulheridades se manifestam e se perpetuam nas práticas cotidianas do Campus Maceió/Ifal. A partir das vozes de 70 estudantes, emergiram narrativas que revelam o entrelaçamento entre discursos patriarcais, hierarquias de poder e silenciamentos institucionais — elementos que sustentam a desigualdade de gênero e dificultam a construção de espaços educacionais efetivamente democráticos.

Constatou-se que as manifestações de violência, embora muitas vezes sutis, estão profundamente arraigadas nas relações interpessoais e na cultura institucional. A deslegitimação da fala feminina, o descrédito intelectual das estudantes em cursos técnicos, o assédio moral e sexual, o racismo e a homofobia são práticas que, mesmo naturalizadas, produzem efeitos devastadores sobre a autoestima, a permanência e o desempenho das mulheres no ambiente acadêmico. Tais resultados corroboram o que Beauvoir (2019) descreve como a condição histórica da mulher enquanto “outro”, submetida a uma lógica de inferiorização e dependência simbólica do masculino.

Essas evidências permitem afirmar que o combate à misoginia no Ifal não pode ser reduzido a ações pontuais, mas deve constituir uma política permanente, comprometida com a equidade e a emancipação das mulheridades. Butler (2021) destaca que a violência de gênero é, antes de tudo, um processo de negação de humanidade, em que certos corpos são desautorizados a existir e falar. Desse modo, a





promoção de uma cultura institucional inclusiva exige romper com os mecanismos discursivos que perpetuam a invisibilidade e a subalternização das mulheres e das dissidências de gênero.

Ao mesmo tempo, a leitura de Federici (2020) permite compreender que as desigualdades de gênero estão intrinsecamente relacionadas à exploração capitalista, que transforma corpos e afetos femininos em recursos de produção e controle social. As relações acadêmicas, quando orientadas por lógicas meritocráticas e competitivas, reproduzem o mesmo sistema que historicamente desvalorizou o trabalho e a subjetividade das mulheres. Nesse sentido, o enfrentamento da misoginia também requer uma crítica ao modelo de racionalidade produtivista e excludente que estrutura a educação contemporânea.

Hooks (2020) e Manne (2021) reforçam que resistir à misoginia é um ato político e pedagógico. A criação de espaços de escuta, acolhimento e formação sobre gênero representa não apenas uma estratégia de prevenção, mas uma prática de libertação. A transformação institucional deve, portanto, envolver toda a comunidade acadêmica — discentes, docentes, gestores(as) e técnicos(as) —, numa perspectiva dialógica, ética e interseccional.

Entre as ações concretas sugeridas pelos(as) participantes e endossadas pela análise crítica desta pesquisa, destacam-se: o fortalecimento do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis/Ifal), com estrutura física, equipe permanente e autonomia política; a criação de protocolos de atendimento, proteção e escuta ativa às vítimas de violência; a implementação de formações continuadas sobre gênero, diversidade, sexualidade e direitos humanos para toda a comunidade acadêmica; a inserção transversal das discussões de gênero nos currículos e projetos pedagógicos; e o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e movimentos sociais voltados à defesa dos direitos das mulheres.

Essas medidas podem contribuir para o fortalecimento de uma pedagogia feminista, que reconheça o conhecimento situado das mulheres e promova a reconfiguração das relações de poder na escola. Trata-se de compreender a instituição não apenas como espaço de ensino, mas como território de luta e transformação social. Como afirma Hooks (2019), a educação só é libertadora quando desafia as estruturas que naturalizam a opressão.

A pesquisa também aponta para a urgência de novos estudos que ampliem o diálogo entre gênero, raça e classe nas instituições federais, de modo a construir



diagnósticos mais precisos e estratégias coletivas de enfrentamento. É imprescindível ouvir as mulheres em toda a sua diversidade — negras, indígenas, trans, periféricas — e incorporar suas experiências ao planejamento das políticas educacionais.

Por fim, reafirma-se que a misoginia não é um fenômeno individual, mas estrutural e histórico, que se manifesta em múltiplos níveis — simbólico, econômico, discursivo e institucional. Combatê-la implica não apenas reconhecer as violências, mas desestabilizar as bases que as sustentam. Assim, esta pesquisa não se encerra em si mesma: ela constitui um gesto político de denúncia, escuta e esperança, um convite à continuidade de ações que tornem o Campus Maceió/Ifal — e, por extensão, a sociedade — um espaço de convivência justa, plural e verdadeiramente humana.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens, revisão técnica Carla Rodrigues. 1 ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Trad. Heci Regina Candiani; [Prefácio de Carla Rodrigues]. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. **Força da não violência**. (Vídeo) TV Boitempo. Com Judith Butler. <https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4>. Acesso em 7/5/24.
- CARVALHO, Felipe Mio de.; Moterani, Geisa Maria Batista. **Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica**. *Avesso do avesso*, v. 14, n. 14, p. 167-178, novembro 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais/2**. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.



HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell, **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; Barca, Isabel; Martins, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: ED UFPR, 2010.

SILVA, Manuela Santos. **As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média**. In: SANTOS, Maria Clara Curado (Org). A mulher na história: actas dos colóquios sobre a temática da mulher. Lisboa: Câmara Municipal da Moita, 2001.

